aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

O AUTISMO E AS RELAÇÕES HUMANAS: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE OS IMPACTOS DO CONVÍVIO COM CRIANÇAS AUTISTAS NO DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA E DAS PRÁTICAS DE CUIDADO

AUTISM AND HUMAN RELATIONS: A THEORETICAL REVIEW ON THE IMPACTS OF LIVING WITH AUTISTIC CHILDREN ON THE DEVELOPMENT OF EMPATHY AND CARE PRACTICES

https://doi.org/10.63330/armv2n11-008

Submetido em: 10/11/2026 e Publicado em: 16/11/2026

ARM: e262633

Vitória Barreto Matos Pereira
Graduanda em Psicologia
Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST),Imperatriz-MA
E-mail: vitoriabarretomatos@gmail.com

Andressa Costenaro de Alencar
Especialista
Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Imperatriz-MA
E-mail: andressa.costenaro@fest.edu.br

Resumo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é amplamente analisado a partir das características de desenvolvimento da própria criança e de suas necessidades de intervenção. Contudo, pouca atenção é dada ao vetor inverso: o modo como o convívio diário com a neurodiversidade transforma a subjetividade, as atitudes e as práticas das pessoas ao seu redor. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão teórica da literatura, os impactos da convivência com crianças autistas no desenvolvimento da empatia e na reconfiguração das práticas de cuidado nas esferas familiar, educacional e comunitária. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e de caráter exploratório-descritivo, fundamentado em revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicas. Os resultados teóricos apontam que o convívio com a criança no espectro promove um descentramento psíquico, deslocando o conceito tradicional de empatia — pautado no espelhamento e em códigos sociais convencionais — para uma empatia ativa e reflexiva, fundamentada na ética da alteridade. Observou-se, ainda, que as práticas de cuidado transcendem o assistencialismo mecânico e convertem-se em um vetor de desenvolvimento socioemocional para pais, educadores e colegas de classe, promovendo maior flexibilidade cognitiva, paciência e escuta sensível. Conclui-se que o convívio com crianças autistas atua como um potente elemento desconstruidor do capacitismo e humanizador das relações interpessoais, ressignificando o afeto e demonstrando que a alteridade é uma dimensão constitutiva do crescimento humano em sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Empatia; Práticas de Cuidado; Relações Interpessoais; Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Abstract

Autism Spectrum Disorder (ASD) is widely analyzed through the development characteristics of the child and their need for intervention. However, little attention is given to the inverse vector: how daily interaction with neurodiversity transforms the subjectivity, attitudes, and practices of those in their surroundings. This article aims to analyze, through a theoretical literature review, the impacts of living with autistic children on the development of empathy and the reconfiguration of care practices in family, educational, and community spheres. This is a qualitative, exploratory- descriptive study grounded in a narrative literature review across academic databases. Theoretical findings indicate that living with a child on the spectrum promotes a psychological descentering, shifting the traditional concept of empathy — based on mirroring and conventional social codes — toward an active and reflective empathy based on the ethics of alterity. Furthermore, care practices transcend mechanical assistance and become a vector of socio-emotional development for parents, educators, and classmates, fostering greater cognitive flexibility, patience, and sensitive listening. It is concluded that interacting with autistic children acts as a powerful element in deconstructing ableism and humanizing interpersonal relationships, reframing affection and demonstrating that alterity is a constitutive dimension of human growth in society.

Keywords: Alterity; Autism Spectrum Disorder; Care Practices; Empathy.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por singularidades na comunicação social, na interação interpessoal e no padrão de comportamentos, rotinas e interesses. Historicamente, tanto o discurso médico-científico quanto o senso comum debruçaram-se sobre o autismo a partir de uma perspectiva centrada no indivíduo neurodivergente, enfatizando seus déficits, limitações e a necessidade de intervenções para a adequação aos padrões sociais hegemônicos.

No entanto, as abordagens contemporâneas da psicologia do desenvolvimento, da educação inclusiva e dos estudos sobre a neurodiversidade vêm promovendo um importante deslocamento de olhar. Em vez de observar a criança autista de forma isolada, passa-se a compreender o autismo como um fenômeno eminentemente relacional. Nesse contexto, emerge uma lacuna analítica Relevante: o modo como a presença da criança autista afeta, mobiliza e transforma a subjetividade e as práticas dos indivíduos neurotípicos que compartilham o seu cotidiano.

A convivência diária com uma criança no espectro autista exige de pais, familiares, educadores e colegas de convivência uma constante reconfiguração dos Modos de comunicação e de oferta de afeto. Diante de formas não verbais ou atípicas de expressão, a sociedade é convocada a superar a visão tradicional de empatia — pautada na identificação simétrica e no espelhamento direto de comportamentos — para construir uma empatia fundamentada na alteridade, isto é, no respeito e no acolhimento da diferença em sua plenitude.

Diante disso, este trabalho parte da seguinte inquietação central: De que maneira o convívio com crianças com Transtorno do Espectro Autista impacta o desenvolvimento da empatia e a transformação das práticas de cuidado nos sujeitos que compartilham o seu ambiente social?

A justificativa para este estudo reside na necessidade de desconstruir visões assistencialistas ou meramente estigmatizantes que associam o autismo unicamente à sobrecarga ou ao "fardo" do cuidado. Ao evidenciar o potencial humanizador e o aprendizado socioemocional decorrentes da convivência com a neurodiversidade, busca-se contribuir para a consolidação de uma cultura de inclusão autêntica, na qual a diversidade é reconhecida como um vetor de enriquecimento humano e relacional para toda a comunidade.

O objetivo geral é analisar, por meio de uma revisão teórica da literatura, os impactos do convívio com crianças autistas no desenvolvimento da empatia e na reestruturação das práticas de cuidado nas esferas familiar, educacional e social. Para alcançar esse objetivo, o texto organiza-se em seções que discutem: (a) a redefinição da empatia à luz da alteridade e da neurodiversidade; (b) as transformações do cotidiano do cuidado nas redes de apoio e instituições de ensino; e (c) os efeitos humanizadores e desconstruidores do capacitismo decorrentes desse convívio.

A discussão proposta não pretende afirmar que toda convivência com uma criança autista produz, automaticamente, maior empatia ou crescimento pessoal. As relações humanas são atravessadas por condições materiais, história familiar, acesso a serviços, preconceitos e recursos emocionais. A convivência pode favorecer aprendizagens importantes, mas também pode ser marcada por cansaço extremo, conflitos e dificuldades quando faltam suporte e compreensão. Por isso, o trabalho considera simultaneamente as possibilidades de transformação e os limites concretos que condicionam o cuidado.

Como objetivos específicos, busca-se: discutir os conceitos de empatia, alteridade e neurodiversidade aplicados às relações com crianças autistas; compreender mudanças e desafios nas práticas familiares e educacionais de cuidado; analisar como acessibilidade, inclusão e participação social podem contribuir para relações menos capacitistas; e refletir sobre a importância das redes de apoio para que a experiência do cuidado não seja reduzida à responsabilidade individual (geralmente da mãe) das famílias.

Figura 1 - O Autismo e as Relações Humanas: Empatia, Práticas de Cuidado e Desenvolvimento Humano.



Fonte: Elaborada com auxílio de inteligência artificial (OpenAI, 2026).

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optou-se pela condução de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, operacionalizada por meio de uma revisão bibliográfica e teórica de literatura.

A revisão bibliográfica possibilita a cobertura de uma ampla gama de fenômenos teóricos e conceituais, permitindo a síntese e a análise crítica de contribuições já consolidadas por diferentes autores no campo da Psicologia, da Educação e das Ciências Humanas.

O levantamento teórico foi realizado mediante consulta a artigos científicos, livros de referência, dissertações e teses indexados em bases de dados acadêmicas de relevância nacional e internacional, tais como SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde).

Como critérios de inclusão para a seleção das obras e artigos, priorizaram-se publicações que abordassem:

1. A dimensão relacional do Transtorno do Espectro Autista (TEA);
2. Os conceitos de empatia, alteridade e desenvolvimento humano no contexto da neurodiversidade;
3. O impacto do cuidado e da convivência com crianças autistas sobre a subjetividade de pais, educadores e colegas de classe.

A análise do material bibliográfico selecionado seguiu os procedimentos da análise temática de conteúdo, permitindo a categorização e a articulação das ideias dos autores em três eixos teóricos centrais no Desenvolvimento (A Alteridade no Espectro; O Cotidiano das Práticas de Cuidado; e O Convívio como Vetor de Humanização), seguidos da síntese nos Resultados e Discussão e das Considerações Finais.

Por se tratar de uma revisão teórica, o estudo não envolve recrutamento de participantes, aplicação de instrumentos ou produção de dados primários. Seu objeto é a interpretação de conceitos e argumentos presentes na literatura selecionada. A abordagem qualitativa mostra-se pertinente porque o problema investigado envolve significados, práticas relacionais, valores e experiências de cuidado, dimensões que não podem ser compreendidas apenas por indicadores quantitativos.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A ALTERIDADE NO ESPECTRO: REDEFININDO OS CONCEITOS DE EMPATIA E COMUNICAÇÃO

A compreensão tradicional do conceito de empatia na psicologia e nas ciências humanas frequentemente esteve atrelada à capacidade do indivíduo de se colocar no lugar do outro, utilizando como ponte principal a identificação simétrica de afetos, expressões faciais e convenções da linguagem verbal. Sob essa perspectiva clássica, a empatia pressupõe um espelhamento: compreende-se o outro na medida em que seus comportamentos e reações corporais se assemelham aos nossos. Contudo, quando o encontro interpessoal ocorre no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa definição tradicional revela suas limitações estruturais, exigindo um deslocamento epistemológico e sensível sobre o que significa comunicar e empatizar.

O autismo se caracteriza por modos singulares de processamento sensorial, cognitivo e emocional. Crianças no espectro podem demonstrar suas vivências internas por meio de estereotipias, ecolalias, evitação do contato visual direto ou reações intensas a estímulos do ambiente que passariam despercebidos por indivíduos neurotípicos. Ao se deparar com tais manifestações, a tentativa de projetar os padrões neurotípicos de comportamento sobre a criança gera ruídos e falhas na comunicação. Surge, assim, a necessidade imperativa de recorrer ao conceito filosófico e ético de alteridade — o reconhecimento do outro em sua diferença radical, sem a exigência de que ele se enquadre naquilo que é considerado a norma.

No campo do desenvolvimento humano, a alteridade exige a superação de uma visão egocêntrica da empatia. Como aponta a literatura sobre a neurodiversidade, relacionar-se com uma criança autista implica compreender que a sua forma de vivenciar o mundo não é uma versão "defeituosa" da experiência humana, mas sim uma organização existencial própria. Portanto, a empatia não pode ser vista como uma projeção do "eu" sobre o "outro", mas como uma abertura genuína para descentrar-se de si e aprender uma nova linguagem afetiva.

Nesse cenário, emerge o que se pode denominar de empatia ativa ou empatia expressiva. Diferente da empatia passiva ou intuitiva — que opera de forma quase automática entre pessoas que compartilham dos mesmos códigos sociais —, a empatia ativa exige esforço reflexivo, observação minuciosa e disposição contínua para a aprendizagem. Para que essa conexão se estabeleça, o adulto (seja ele pai, mãe, educador

ou profissional de saúde) precisa aprender a ler sinais não verbais sutilmente estruturados: o ritmo do movimento corporal, a intenção por trás de uma busca por isolamento sensorial, ou o significado de um gesto repetitivo como forma de autorregulação emocional.

Sob a ótica de Donald Winnicott, a constituição do indivíduo e a qualidade das relações interpessoais dependem da capacidade do ambiente de oferecer suporte adaptativo às necessidades singulares do sujeito. Quando o entorno social acolhe as peculiaridades da criança autista sem tentar forçá-la a uma adequação comportamental rígida, transforma-se o próprio conceito de comunicação. A linguagem deixa de ser prioritariamente fonética ou conceitual para se tornar uma presença sustentada, um compartilhar de espaços, silêncios e ritmos.

Além disso, a interação com o autismo convoca os sujeitos neurotípicos a revisitar as teorias da aprendizagem socioemocional. Lev Vygotsky já ressaltava que o desenvolvimento psíquico é mediado pelas ferramentas culturais e pelas interações sociais. Quando a criança autista é inserida em uma relação interpessoal pautada pelo respeito à sua alteridade, a mediação não ocorre no sentido de "corrigi-la", mas no de construir uma ponte comum entre dois mundos mentais distintos.

Portanto, o convívio com crianças autistas reconfigura o conceito de empatia de um atributo inato para uma prática ética em constante construção. Trata-se de uma habilidade que não busca a assimilação do outro, mas o acolhimento da diferença. Essa redefinição expande a maturidade emocional dos sujeitos envolvidos, preparando-os para atuar de forma mais consciente e inclusiva nas mais diversas esferas das relações humanas.

A empatia costuma ser descrita como a capacidade de reconhecer, compreender ou compartilhar aspectos da experiência emocional de outra pessoa. Entretanto, ela não é um fenômeno único. Pode envolver uma dimensão cognitiva, relacionada à tentativa de compreender a perspectiva alheia, e uma dimensão afetiva, ligada à ressonância emocional diante do que o outro vivencia. Também exige regulação: sentir intensamente o sofrimento de alguém não garante que se consiga responder de modo útil. No cuidado, compreender a experiência da criança e agir de maneira respeitosa são processos relacionados, mas distintos.

Essa distinção é importante para evitar a associação simplista entre empatia e comportamentos convencionais. O contato visual, por exemplo, não é uma medida universal de interesse, sinceridade ou vínculo. Algumas crianças autistas podem evitar o olhar direto por desconforto sensorial ou por razões próprias de processamento da interação, sem que isso signifique ausência de atenção. Do mesmo modo, uma expressão facial pouco familiar ao observador não permite concluir, isoladamente, que a criança não sente ou não compreende emoções. A interpretação deve considerar contexto, individualidade e outras formas de comunicação.

A noção de alteridade acrescenta uma dimensão ética a esse debate. Reconhecer o outro como outro significa não exigir que ele se torne semelhante a nós para ser respeitado. Na convivência com crianças autistas, isso implica aceitar que os sinais de prazer, desconforto, vínculo ou necessidade podem assumir formas diferentes das esperadas. O objetivo não é abandonar a aprendizagem de habilidades comunicativas quando elas forem significativas para a criança, mas evitar que o treinamento para parecer neurotípica se sobreponha ao bem-estar, à autonomia e à possibilidade de expressar recusas.

A perspectiva de Winnicott sobre a importância de um ambiente suficientemente responsivo pode contribuir para pensar a qualidade do cuidado: o entorno precisa oferecer segurança e adaptação às necessidades do desenvolvimento, sem eliminar toda possibilidade de iniciativa da criança. Essa leitura não equivale a uma teoria específica do autismo, mas oferece uma lente para compreender como a previsibilidade, a confiança e a disponibilidade do adulto favorecem a relação. De modo semelhante, a abordagem histórico-cultural de Vygotsky enfatiza o papel das interações e das mediações culturais no desenvolvimento, permitindo refletir sobre a responsabilidade do ambiente em criar oportunidades acessíveis de aprendizagem.

3.2 O COTIDIANO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NAS ESFERAS FAMILIAR E EDUCACIONAL

O ato de cuidar, em sua acepção ampla, costuma ser compreendido como um conjunto de ações voltadas à preservação, ao suporte e ao desenvolvimento da vida de outrem. No entanto, o filósofo e educador Milton Mayeroff (1971) aponta que o cuidado autêntico não se reduz a uma atitude paternalista ou a um mero cumprimento de tarefas assistenciais; ele é, antes de tudo, um processo direcional no qual quem cuida também se transforma e se desenvolve por meio da relação com a pessoa cuidada. Quando transposto para o cotidiano do Transtorno do Espectro Autista (TEA), o exercício do cuidado ganha contornos específicos que desafiam e reconfiguram profundamente as rotinas e a estrutura psíquica de familiares, cuidadores e educadores.

No contexto familiar, a chegada e o diagnóstico do autismo frequentemente exigem uma reestruturação do ecossistema doméstico. O cuidado com a criança autista demanda a criação de rotinas estruturadas, a antecipação de cenários para evitar sobrecargas sensoriais e a adaptação constante dos modos de interação interpessoal. Essa dinâmica diária convoca pais, mães e irmãos a desenvolverem uma escuta atenta e uma sensibilidade aguçada para identificar pequenos sinais de desconforto ou de afeto que não se expressam pelas vias convencionais. A previsibilidade, a paciência e a flexibilidade cognitiva deixam de ser conceitos abstratos e tornam-se ferramentas práticas e diárias de convivência.

Por outro lado, a literatura científica não esquiva a dimensão dos custos emocionais e físicos inerentes a esse processo. A dedicação continuada e as barreiras sociais enfrentadas pela falta de

acessibilidade e pelo preconceito podem gerar níveis elevados de estresse e sobrecarga psíquica nos cuidadores primários. Reconhecer essa dimensão é fundamental para evitar a romantização do cuidado. É justamente no tensionamento entre o desgaste diário e o compromisso afetivo que se desenvolvem habilidades de resiliência, autorregulação emocional e ressignificação de valores pessoais.

Na esfera educacional, o impacto da convivência com a criança autista mobiliza transformações análogas na figura dos professores, mediadores e colegas de classe. A inclusão escolar de alunos no espectro desestabiliza modelos pedagógicos rígidos e padronizados, que historicamente priorizaram o desempenho homogêneo em detrimento das singularidades dos estudantes. Para acolher a criança autista, o educador é impelido a reinventar suas práticas de ensino, adotando estratégias multissensoriais e diversificadas, metodologias ativas e uma gestão de sala de aula baseada no acolhimento e no respeito aos diferentes tempos de aprendizagem.

Nesse espaço de mediação pedagógica, o cuidado e o ensino se entrelaçam. A postura do professor ao mediar o convívio entre a criança autista e seus colegas de classe atua como um potente modelo social. Ao demonstrar empatia, paciência e disposição para compreender as crises ou peculiaridades do aluno com TEA, o educador ensina aos demais estudantes, na prática, o valor da cooperação, da tolerância e da diversidade humana.

Dessa forma, tanto no lar quanto na escola, as práticas de cuidado articuladas em torno da criança autista deixam de ser um fluxo unidirecional de doação e passam a ser uma via de mão dupla. À medida que o ambiente se adapta para oferecer o suporte de que a criança precisa, os adultos e as outras pessoas ao seu redor passam por um processo de alfabetização emocional, expandindo seus repertórios relacionais e refinando sua capacidade empática frente às incertezas e complexidades da vida em sociedade.

No ambiente familiar, o cuidado pode incluir organização de horários, acompanhamento de terapias, diálogo com a escola, adaptação da alimentação, apoio à comunicação e preparação para atividades comunitárias. A necessidade dessas ações varia conforme a idade, as características individuais, as condições de saúde, as preferências e o nível de suporte requerido. Não existe uma rotina única que sirva para todas as crianças autistas. Uma prática responsável começa pela observação individual e pela construção de estratégias que façam sentido para aquela criança e para sua família.

A previsibilidade pode reduzir incertezas e ajudar a criança a compreender o que acontecerá, mas não deve ser confundida com rigidez absoluta. Mudanças fazem parte da vida, e podem ser introduzidas gradualmente, com explicações e apoios compatíveis com as necessidades individuais. O planejamento deve funcionar como recurso de segurança, não como mecanismo de controle total do comportamento. Quando a criança demonstra desconforto, é importante investigar possíveis fatores sensoriais, comunicacionais, físicos ou emocionais antes de interpretar a reação como desobediência.

As famílias, por sua vez, não são apenas prestadoras de cuidados: também precisam de cuidado. A concentração de responsabilidades em uma única pessoa, as despesas com deslocamentos e serviços, a dificuldade de conseguir atendimento e a falta de compreensão social podem comprometer o descanso, a vida profissional e a saúde emocional. Reconhecer a sobrecarga não significa apresentar a criança como causa do sofrimento; significa considerar as barreiras e a distribuição desigual das responsabilidades. O apoio deve incluir escuta sem julgamento, descanso possível, orientação confiável e acesso a serviços públicos e comunitários.

Na escola, inclusão não se resume à matrícula ou à presença física na sala de aula. Pressupõe participação, aprendizagem, pertencimento e relações respeitosas. Para isso, a equipe precisa conhecer as necessidades do estudante, planejar recursos de acessibilidade e manter diálogo com a família, sem transferir exclusivamente a ela a responsabilidade por solucionar dificuldades institucionais. A adaptação pedagógica pode envolver instruções claras, divisão de tarefas em etapas, recursos visuais, flexibilidade na forma de resposta, organização sensorial do ambiente e mediação cuidadosa das interações com os colegas.

O professor tem papel importante na construção de normas de convivência. Comentários depreciativos, punições por manifestações involuntárias ou a exposição pública das dificuldades podem reforçar estigma e isolamento. Em contrapartida, apresentar diferenças de maneira respeitosa, intervir diante de bullying e criar atividades cooperativas contribui para que os estudantes aprendam que equidade nem sempre significa oferecer exatamente o mesmo recurso a todos. O objetivo é permitir que cada aluno participe com dignidade e desenvolva suas potencialidades.

3.3 O CONVÍVIO COM A CRIANÇA AUTISTA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL E HUMANIZAÇÃO

Historicamente, o discurso predominante sobre as deficiências e neurodivergências esteve pautado no modelo médico-biológico, que encara o indivíduo divergente sob a ótica da falta, do déficit ou da necessidade de reabilitação para enquadramento na norma. No entanto, ao deslocar a análise para a dimensão das relações interpessoais, percebe-se que a presença da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no meio social gera efeitos de mão dupla. A criança autista não deve ser compreendida apenas como receptora passiva de intervenções, auxílios ou cuidados, mas sim como um agente ativo capaz de mobilizar e transformar a subjetividade e a sensibilidade dos indivíduos ao seu redor.

A convivência contínua com a neurodiversidade atua como um desconstruidor natural do capacitismo — o preconceito estrutural que hierarquiza pessoas com base em padrões de capacidade corporal ou neurocognitiva. No cotidiano familiar e comunitário, ter contato com formas não hegemônicas de interagir, sentir e expressar afeto desestabiliza expectativas sociais pré-moldadas sobre o que constitui uma comunicação "eficiente" ou um comportamento "adequado". Esse processo obriga os indivíduos

neurotípicos a revisitar suas próprias concepções de sucesso, progresso e linguagem, promovendo um alargamento da consciência social.

Sob a perspectiva da inteligência socioemocional, o convívio com crianças no espectro desafia e aprimora competências essenciais no adulto e na rede de convivência. Entre essas habilidades, destacam-se:

- A autorregulação emocional: Cuidadores e educadores são constantemente chamados a manter a calma, a presença e a estabilidade diante de momentos de desorganização sensorial ou comportamental da criança, exercitando um controle consciente sobre suas próprias reações de estresse ou frustração.
- A tolerância à imprevisibilidade: Em uma sociedade que valoriza a velocidade e o controle absoluto das situações, o autismo convoca a uma desaceleração, ao respeito ao tempo do outro e à aceitação de que os caminhos relacionais nem sempre são lineares.
- A sensibilidade ética e refinamento da escuta: A necessidade de decodificar afetos não verbalizados amplia a capacidade de percepção do indivíduo, tornando-o mais atento às nuances sutis do comportamento humano de forma geral.

Além disso, a presença de crianças autistas em ambientes coletivos — como salas de aula e espaços de lazer — proporciona aos seus pares (outras crianças) uma oportunidade singular de aprendizado humano. Estudos e relatos no campo da psicologia do desenvolvimento indicam que crianças que crescem interagindo com colegas neurodivergentes tendem a demonstrar maiores níveis de empatia interpessoal, menor adesão a estigmas sociais e maior capacidade de cooperação, reconhecendo a diversidade não como um obstáculo, mas como uma condição inerente à experiência humana.

Por fim, o convívio com o autismo ressignifica a própria ideia de cuidado e solidariedade. Cuidar deixa de ser uma obrigação pesada e passa a ser compreendido como uma dimensão constitutiva do existir em sociedade. A experiência do afeto com a criança autista — muitas vezes expressa no detalhe, no olhar mantido por alguns segundos, no toque suave ou na partilha do silêncio — ensina que as relações humanas mais profundas não dependem de grandes discursos, mas sim da genuína disposição para estar presente e acolher o outro em sua plenitude singular.

A humanização das relações não depende de transformar a criança autista em uma lição moral para os demais. Ela decorre do reconhecimento de sua dignidade e da reorganização dos ambientes para que a diferença não seja motivo de exclusão. Quando a convivência é respeitosa, familiares, educadores e colegas podem ampliar sua compreensão sobre diferentes formas de comunicar, aprender e participar. Essa possibilidade, contudo, precisa ser entendida como resultado de relações e condições favoráveis, não como consequência inevitável do diagnóstico.

Entre as aprendizagens possíveis está a flexibilidade cognitiva, compreendida como a capacidade de rever expectativas e considerar alternativas diante de uma situação. Uma criança pode não responder a uma abordagem que funciona com outras pessoas; em vez de insistir automaticamente, o adulto pode observar o contexto, modificar a comunicação e experimentar outras formas de apoio. Essa mudança exige abandonar a ideia de que existe uma única maneira correta de interagir. Também ensina que ajustar a própria conduta pode ser sinal de competência relacional, e não de fracasso.

A autorregulação emocional constitui outra dimensão relevante. Diante de situações intensas, o adulto pode sentir preocupação, irritação, medo ou impotência. Reconhecer essas emoções e buscar estratégias para regulá-las ajuda a reduzir respostas impulsivas e favorece a segurança da criança. Isso não significa exigir calma perfeita de pais e profissionais; significa oferecer condições para que possam aprender, pedir ajuda e reparar interações difíceis. A regulação dos adultos depende também de fatores externos, como tempo, suporte, condições de trabalho e acesso a orientação adequada.

O conceito de capacitismo ajuda a identificar práticas que atribuem menor valor às pessoas com deficiência ou neurodivergência, impondo padrões restritos de produtividade, independência e comportamento. No cotidiano, ele pode aparecer em comentários que tratam a criança como incapaz de aprender, em decisões tomadas sem sua participação ou na exigência de que esconda características para tornar os outros mais confortáveis. Enfrentá-lo requer mudanças individuais e institucionais: linguagem respeitosa, acessibilidade, combate à discriminação e reconhecimento dos direitos da pessoa autista.

A convivência também pode favorecer uma compreensão mais ampla de afeto. O vínculo não precisa ser demonstrado por gestos padronizados, contato visual constante ou verbalizações frequentes. Pode aparecer na busca por proximidade, na partilha de uma atividade de interesse, na aceitação da presença do outro ou em formas particulares de iniciar interação. Cabe ao cuidador aprender a observar esses sinais sem presumir que todas as crianças expressem sentimentos da mesma maneira. Ao mesmo tempo, é essencial não romantizar qualquer comportamento nem atribuir significado afetivo sem considerar a comunicação individual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica e teórica sobre o convívio com crianças no Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela que a presença da neurodiversidade nos ambientes familiar, educacional e comunitário produz impactos profundos na reorganização das dinâmicas interpessoais. Diferente das abordagens tradicionais que analisam o autismo exclusivamente a partir dos déficits e das necessidades de intervenção na criança, os achados teóricos deste estudo apontam para um vetor bidirecional de desenvolvimento socioemocional, no qual os sujeitos neurotípicos ao redor são amplamente transformados.

A partir da sintetização dos estudos revisados, os resultados foram organizados em três eixos principais de discussão:

4.1 A EXPANSÃO DA EMPATIA PELA ALTERIDADE E DESCENTRAMENTO

Os dados da literatura indicam que o convívio com a criança autista promove uma redefinição do conceito de empatia nos cuidadores, educadores e demais conviventes. Enquanto a empatia convencional opera por espelhamento e identificação de códigos sociais padronizados, a convivência com o TEA exige o exercício do descentramento psíquico. Os indivíduos são impelidos a abandonar a expectativa de reciprocidade verbal ou gestual clássica para aprenderem a decodificar linguagens singulares (expressas em olhar, movimento, silêncio e rotina). A empatia, portanto, deixa de ser uma resposta intuitiva/automática e converte-se em uma *empatia ativa e reflexiva*, fundamentada na ética da alteridade e no respeito à diferença irredutível do outro.

4.2 A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO DE MERO ASSISTENCIALISMO EM PRÁTICA ÉTICA

A revisão bibliográfica evidencia que o ato de cuidar de uma criança autista reorganiza a subjetividade de quem cuida. Nas esferas familiar e escolar, o cuidado deixa de ser uma rotina meramente mecânica ou assistencial para se tornar um processo contínuo de aprendizado relacional. Os resultados teóricos apontam para o desenvolvimento de competências socioemocionais maduras nos adultos e colegas neurotípicos, tais como:

- Ampliação da flexibilidade cognitiva e paciência interpessoal;
- Maior tolerância à imprevisibilidade e à frustração;
- Aprimoramento da escuta não verbal e da sensibilidade ambiental.

Entretanto, a discussão teórica também ressalta que esse desenvolvimento não ocorre de forma romântica ou isenta de conflitos: a sobrecarga física e emocional do cuidador é um dado constante na literatura, indicando que o florescimento da empatia e da humanização do cuidado depende fundamentalmente da existência de redes de apoio social, acolhimento institucional e políticas públicas inclusivas.

4.3 A DESCONSTRUÇÃO DO CAPACITISMO E A HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES

Por fim, os achados teóricos demonstram que o convívio com crianças no espectro autista atua como um potente elemento de desconstrução de estigmas e preconceitos capacitistas. Ao inserir a criança com TEA nos espaços sociais, desestabilizam-se os padrões rígidos de "normalidade" e "produtividade" que regem a sociedade contemporânea. Crianças e adultos que compartilham o cotidiano com pessoas autistas

desenvolvem maior sensibilidade ética, menor adesão a rótulos sociais e uma visão de mundo onde o valor das relações humanas não está ancorado na usabilidade ou na performance, mas na simples presença e no acolhimento mútuo.

A primeira dimensão indica que a convivência pode desafiar a tendência de interpretar o comportamento alheio exclusivamente por meio de códigos próprios. Ao se deparar com formas distintas de comunicação, o convivente precisa verificar suas hipóteses, observar o contexto e perguntar o que pode estar dificultando a interação. A empatia, nesse sentido, é menos uma capacidade de adivinhar o que o outro sente e mais uma disposição para escutar, investigar e rever interpretações. Essa postura também é relevante para relações com pessoas que não são autistas.

A segunda dimensão diz respeito à transformação do cuidado em prática relacional. Ações concretas — antecipar uma transição, reduzir estímulos intensos, oferecer alternativas de comunicação e respeitar sinais de pausa — demonstram que a sensibilidade ética precisa se traduzir em decisões observáveis. Não basta declarar aceitação se a rotina permanece inacessível. O cuidado humanizado exige conciliar proteção e autonomia, evitando tanto a negligência quanto a superproteção que impede a criança de participar de escolhas compatíveis com seu desenvolvimento.

A terceira dimensão desloca a responsabilidade da família para o conjunto da sociedade. Se a escola não dispõe de formação, se os espaços públicos são sensorialmente hostis ou se os serviços especializados são inacessíveis, o cuidado fica concentrado em quem já assume responsabilidades cotidianas. A inclusão precisa ser sustentada por políticas, recursos e compromisso institucional. A boa vontade individual é relevante, mas insuficiente para superar barreiras estruturais.

A quarta dimensão impede uma leitura idealizada. A convivência pode ampliar repertórios de compreensão, mas também pode produzir cansaço e conflito, sobretudo quando não há apoio. Não é adequado exigir que familiares demonstrem gratidão permanente, resiliência ilimitada ou transformação pessoal positiva. A valorização do cuidado deve caminhar junto ao reconhecimento do direito ao descanso, à saúde, à vida social e à divisão justa das tarefas. A humanização é relacional: inclui a criança, seus familiares, os profissionais e a comunidade.

Esses eixos sugerem que o impacto da convivência não reside simplesmente na presença de uma criança autista, mas na qualidade das relações construídas e nas condições que as sustentam. O encontro com a diferença pode ampliar a empatia quando existe abertura para aprender; pode, contudo, reproduzir preconceitos quando predomina a exigência de normalização. A análise reforça, portanto, que a inclusão deve ser entendida como processo contínuo de revisão de atitudes, ambientes e práticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar, por meio de uma revisão teórica da literatura, de que maneira o convívio com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) impacta o desenvolvimento da empatia e a transformação das práticas de cuidado nos indivíduos que compartilham o seu cotidiano.

A partir da discussão empreendida, conclui-se que o autismo não deve ser compreendido isoladamente como uma condição individual de saúde, mas como um fenômeno relacional que convoca a sociedade a reavaliar suas métricas de comunicação e afeto. A convivência com a criança autista revela-se um vetor privilegiado de humanização: ao desafiar a lógica da homogeneidade e da previsibilidade, ela exige de pais, educadores e pessoas do convívio, a desconstrução de expectativas egocêntricas e a construção de uma empatia baseada no respeito à alteridade.

Verificou-se que as práticas de cuidado articuladas em torno do TEA transcendem a dimensão do suporte biológico e transformam-se em uma verdadeira alfabetização emocional para quem cuida. Contudo, é indispensável ressaltar que para que essa vivência resulte em crescimento pessoal e social — e não em esgotamento e adoecimento psíquico —, torna-se urgente o fortalecimento de redes de suporte às famílias e a capacitação continuada de profissionais da educação e da saúde.

Como limitação deste artigo, destaca-se o seu caráter puramente teórico e bibliográfico, recomendando-se para investigações futuras a realização de pesquisas empíricas de campo — utilizando entrevistas qualitativas e grupos focais com pais, irmãos e professores — a fim de aprofundar e validar os impactos humanos do convívio com a neurodiversidade na prática social.

Em resposta à questão norteadora, a discussão indica que a convivência com crianças autistas pode favorecer o descentramento, a revisão de expectativas e a construção de respostas mais sensíveis às necessidades individuais. A empatia não consiste em adivinhar sentimentos nem em exigir expressões convencionais, mas em reconhecer a singularidade, suspender julgamentos precipitados e buscar formas de comunicação respeitosas. Esses efeitos, contudo, não são automáticos: dependem da qualidade dos vínculos, da abertura para aprender e das condições materiais e institucionais que sustentam o cuidado.

Quanto às práticas de cuidado, conclui-se que o suporte deve ser individualizado e articulado entre família, escola, serviços de saúde e comunidade. A previsibilidade e as adaptações podem promover segurança e participação, desde que respeitem a autonomia e as respostas da criança. Também é indispensável reconhecer o desgaste dos cuidadores e evitar que a valorização da humanização naturalize a sobrecarga; redes de apoio, acessibilidade e divisão de responsabilidades são condições para um cuidado sustentável.

Como limitações, destaca-se o caráter narrativo da revisão, sem protocolo sistemático de busca ou produção de dados empíricos. Estudos futuros podem ouvir diretamente crianças autistas, familiares,

irmãos, professores e profissionais, com métodos acessíveis e respeito às diferentes formas de comunicação, além de acompanhar longitudinalmente mudanças nas atitudes e práticas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARTON, Emma E.; FAULKNER, M. S**.** Inclusive early childhood environments for children with Autism Spectrum Disorder. **Journal of Early Intervention**, v. 35, n. 3, p. 220-236, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

FÁVERO, Maria A. O.; SANTOS, Manoel A. dos. Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 321-328, 2005.

GOMES, Camilla B.; SILVA, Ana C**.** A dimensão ética do cuidado no Transtorno do Espectro Autista: alteridade e relações de afeto na família. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 512-531, 2020.

MAYEROFF, Milton. **A arte do cuidado**. Tradução de Celeste Aída Sirotsky. São Paulo: Brasiliense, 1971.

ORRÚ, Silvia E**. Autismo, linguagem e educação**: interação social e desenvolvimento mental. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SILVA, Nara Maria P. et al. O impacto do diagnóstico de autismo na dinâmica familiar e nas práticas de cuidado parental. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2021.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.Distribuciones, 1997.

WACHTEL, Sandra. **Neurodiversidade e inclusão social**: novos horizontes na psicologia contemporânea. São Paulo: Summus, 2022.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.